

# **Desindustrialização e reprimarização: um olhar para a estrutura industrial brasileira nos anos 2000 a partir da Nova Divisão Internacional do Trabalho.**

**Soraia Aparecida Cardozo**

**Instituto de Economia e Relações Internacionais**

**Universidade Federal de Uberlândia**

## **Resumo**

Este artigo analisa a relação entre a integração comercial internacional do Brasil e suas estruturas produtivas. Mostra-se como, no período 2000-2015, a economia nacional vem se tornando exportadora de bens intensivos em recursos naturais. Utilizando as abordagens analíticas da divisão internacional do trabalho, os indicadores foram desenvolvidos com base nos seguintes dados: comércio exterior; estrutura industrial; a composição setorial do PIB, entre outros. Entre as principais conclusões, enfatiza-se que o país aumentou as exportações de commodities; que existe uma relação entre as mudanças na inserção comercial internacional e nas estruturas de produção, com a participação das atividades intensivas em recursos naturais no aumento do PIB; na indústria de transformação, houve um aumento na parcela de sub-setos intensivos em mão-de-obra e uma diminuição segmentos mais intensivos em tecnologia. Estes resultados mostram qual é o papel do Brasil no capitalismo mundial.

Palavras-chave: Divisão Internacional do Trabalho; Estrutura Industrial; Inserção Comercial.

## **Abstract**

This paper analyses the relationship between the international trade integration of the Brazil and its productive structures. It shows how, during the 2000-2015 period, the national economic has been becoming an exporter of natural resources-intensive goods. Using the analytical approaches of the international division of labour, indicators were developed based on the following data: foreign trade; industrial structure; the sectoral composition of GDP. Among the main conclusions, the paper emphasises that the country increased the exports of commodities; that there is a relationship between changes in the international trade insertion and in production structures, with the share of natural resources-intensive activities in GDP increasing; in manufacturing, there was an increase in the share of labour-intensive sub-sectors and a decrease in high technology ones. These results show how is the role of Brazil in the world Capitalism.

Keys-Word: International Division of Labour; Industrial Structure; International Trade Insertion.

## **1. Introdução**

O objetivo deste trabalho consiste em mostrar que a continuidade da expansão de atividades mais conectadas à extração mineral e agropecuárias e a ampliação de segmentos menos complexos na indústria de transformação são elementos essenciais para entendermos o processo de desindustrialização no país. Nesse sentido, o tema da desindustrialização precisa ser estudado levando-se em consideração a estrutura produtiva do país e não apenas o peso da indústria de transformação no PIB e no emprego total. Ademais, além dos aspectos relacionados à política macroeconômica e seus possíveis efeitos sobre a indústria de transformação, a estrutura produtiva do país tem que ser analisada à luz do conceito de Divisão Internacional do Trabalho, levando-se em

consideração os processos de deslocalizações em curso desde os anos 1980 e o papel do Brasil na economia internacional nos últimos anos.

O artigo está organizado em três seções além desta introdução e das considerações finais. Na segunda seção apresenta-se alguns aspectos da divisão internacional do trabalho em um contexto de globalização, deslocalizações e neoliberalismo. Na terceira, mostra-se a intensificação das características de primarização da pauta exportadora brasileira, o crescente peso de produtos de maior intensidade tecnológica na pauta de importações, relacionando essas tendências do comércio internacional à noção de Divisão Internacional do Trabalho. Na seção quatro aborda-se as características da estrutura produtiva e da estrutura industrial no sentido de mostrar que a estrutura produtiva tem como um de seus determinantes a forma como o país se insere no capitalismo mundial.

## **2. Divisão Internacional do Trabalho em tempos de globalização e neoliberalismo**

O objetivo deste tópico é compreender quais são as principais características do Sistema Capitalista neste início de século XXI para termos elementos que nos permitam situar o papel do Brasil no sistema mundial. Sobretudo, procura-se entender como as transformações no capitalismo mundial desde os anos 1970, marcadas notadamente pela globalização e neoliberalismo, provocaram uma realocação geográfica dos investimentos, em um movimento em que alguns países que oferecem menores custos de produção, notadamente mão de obra barata, vão ser atrativos a esses investimentos. Por outro lado, países ricos em recursos naturais, em grande medida reforçam seus papéis no processo de valorização do capital como ofertantes de *commodities* primárias.

O modo de produção capitalista, ao ter sua natureza marcada fundamentalmente pela necessidade de procura de novos espaços de valorização do capital, leva a um processo de criação, destruição e recriação de espacialidades, e, ao mesmo tempo carrega em si a capacidade de criação de desigualdades espaciais (Harvey, 2004). Neste tópico, argumenta-se que o processo de globalização e as políticas neoliberais (nas suas mais variadas vertentes) revelam-se elementos necessários para a expansão das condições de valorização do capital e, nesse sentido, reforçam o caráter do desenvolvimento espacial desigual, que é intrínseco ao sistema capitalista.

Nossa análise privilegia a esfera produtiva. Entretanto, ao privilegiar essa esfera de análise, não desconsideramos e nem negamos a importância da financeirização como elemento central na organização do sistema capitalista em sua fase atual. Pelo contrário, nossa interpretação é de o capital financeiro está completamente articulado ao capital produtivo e, portanto, a lógica da financeirização rege a dinâmica produtiva.

Nosso ponto de partida são as transformações pelas quais o modo de produção capitalista começou a sofrer a partir dos anos 1970, que desencadeiam os movimentos de globalização (produtiva e financeira) e de reformas neoliberais. De acordo com Wood (2003), vários autores interpretam,

equivocadamente, que a globalização cria um movimento de aniquilamento do poder do Estado Nacional; porém, Wood enfatiza a importância do Estado-Nacional para dar suporte ao processo global de acumulação de capital. “It would not be too much to say that the state is the only non-economic institution truly indispensable to the capital” (p. 134). A globalização seria, portanto, de acordo com essa autora, um estágio do capitalismo em que a valorização do capital se dá de forma transnacional e, para isso, é preciso que os Estados-Nacionais promovam mudanças que garantam a expansão do capital.

Observa também a autora, em outro trabalho (WOOD, 2014, p. 106), que o papel dos Estados-Nação na conformação e funcionamento da globalização permanece efetivo, não apenas no sentido de manter-se como essencial na criação e manutenção das condições de acumulação dos capitais locais e globais, mas também “como garantidor administrativo e coercivo da ordem social”, assim como de qualquer “das condições básicas exigidas pelo capital em sua vida diária”.

Dessa forma, as contradições do capitalismo se tornam cada vez maiores em um processo de globalização, no qual o Estado-Nacional tudo faz para prover a valorização do capital, em que se eleva a hostilidade em relação a programas sociais, de distribuição de renda e de melhoria de salários e condições de trabalho (WOOD, 2003). O resultado disso é a exacerbação das contradições do capitalismo.

Segundo Perie (2013), existem dificuldades dos Estados nacionais subdesenvolvidos em praticar políticas industriais e sociais, mesmo dentro dos limites impostos pelo novo quadro estrutural. Segundo Harvey (2014), tais dificuldades devem-se à permanente necessidade de deslocamentos geográficos dos capitais (particularmente capitais com perfil global), de um lugar para outro (entre diferentes territórios nacionais, ou dentro de uma mesma nação), em decorrência das contradições geradas pelos processos de acumulação de capital nos diferentes espaços nacionais.<sup>1</sup>

Os deslocamentos geográficos dos capitais globais são comandados por conglomerados transnacionais, porém, com interferências dos Estados nacionais no sentido de se tentar reduzir os efeitos caóticos que normalmente são criados particularmente pelas saídas de capitais de um determinado território, assim como também pela chegada em outro. Harvey observa que esses múltiplos processos (saídas de um lugar e chegadas em outro) acarretam processos de desenvolvimento desigual entre os diferentes territórios e nações, mas que, a despeito disso, esses deslocamentos são imanentemente necessários para a vida do capital global, uma vez que “Without uneven geographical development and its contradictions, capital would long ago have ossified and

---

<sup>1</sup> Retomaremos mais adiante as observações que Harvey tece sobre os limites dos Estados nacionais para fazerem políticas diante da imaneente necessidade dos capitais deslocarem-se recorrentemente entre espaços geográficos mundiais em busca de valorização.

fallen into disarray. This is a key means by which capital periodically reinvents itself.” (HARVEY, 2014, p. 147)

O determinante fundamental dos constantes deslocamentos de capital em nível global decorre da acirrada concorrência espacial entre as frações de capitais mundializados. Na base dessa concorrência se encontra o contínuo esforço de inovação tecnológica para reduzir custos e aumentar a lucratividade frente aos concorrentes. Harvey (2014) aborda duas formas de redução de custos que facilitam as decisões para os deslocamentos geográficos dos capitais globais, que ajudam a impulsionar e configurar a nova divisão internacional do trabalho: uma delas refere-se às inovações tecnológicas em transportes e comunicações; e, a outra, diz respeito às economias de aglomeração (capitais fixam suas atividades em um determinado lugar próximo às matérias-primas e à mão de obra barata e com pouco poder de organização).

A primeira forma de redução de tempo e de custos (inovações em comunicações e transportes) “can facilitate *dispersal and decentralisation* of activity across larger and larger geographical spaces” (HARVEY, 2014, p. 148; itálico meu). A segunda forma (economias de aglomeração), por outro lado, “produces geographical *centralisation*” (p. 149; itálico meu). A maior possibilidade de dispersão e de descentralização de partes das atividades dos diferentes capitais concorrem para gerar modificações na divisão internacional do trabalho, uma vez que aprofunda globalmente as *especializações regionais* e as *divisões do trabalho global*.

Diante dessa lógica interna contraditória da dinâmica geográfica do capitalismo global, de criação permanente de crises regionais em virtude do perene e necessário processo de deslocamentos de capitais, Harvey indaga sobre o papel (e limites) dos Estados nacionais para administrar as consequências problemáticas desse processo contraditório global (superacumulação em determinados territórios e desvalorização em outros, sendo que ambos os casos são fonte dos deslocamentos constantes dos capitais, e vice-versa). Como são processos que tendem a gerar tensões nos diferentes territórios por eles afetados, decorrentes de desemprego, desvalorização de capitais locais, etc., os Estados nacionais têm poder de intervir para reconstituir a paisagem econômico-social afetada e o equilíbrio entre as diferentes forças internas territoriais e regionais.

A seu modo, contudo, ressalta também Stiglitz (2013) – em sua análise sobre a relação entre globalização, corporações transnacionais e desigualdade – que os Estados nacionais estão sob permanente ameaça de deslocamento por parte dos capitais globais, à medida que estes possam não ter suas demandas/exigências atendidas por aqueles (STIGLITZ, 2013).

Corroborando com as análises e observações dos autores já citados, Bourguignon (2012) também entende que desde o final dos anos 1980, há um processo de realocação geográfica da produção mundial, que, para ele, foi diretamente influenciado pelo fim do bloco soviético e pelas progressivas transformações na economia chinesa, articulando-a, cada vez mais, ao processo global

de valorização do capital. Esse processo de deslocamento do capital para novos espaços geográficos relaciona-se à afirmação de Wood sobre a necessidade do capital expandir-se geograficamente para manter sua constante valorização. Essa constante necessidade de valorização do capital é, a um só tempo, impulsionada pela e impulsionadora da concorrência intercapitalista, no interior da qual os diferentes capitais (mais notadamente os capitais transnacionais) disputam fatias maiores da mais-valia globalmente produzida.

Bourguignon ressalta que a dinâmica do capitalismo mundial decorrente da reestruturação causada pela globalização e seus impactos sobre o processo de realocação da produção em escala mundial e sobre o comércio internacional foi mais favorável para os países “em desenvolvimento” do que para os países desenvolvidos, seja no caso dos investimentos no setor industrial, como é o caso da China, seja em virtude do aumento da demanda por *commodities* primárias, como é o caso da América Latina. Entretanto, o autor destaca que esse processo levou à elevação da desigualdade na distribuição de renda, seja entre regiões, entre o urbano e o rural, ou mesmo do ponto de vista da distribuição pessoal da renda.

Em relação à essa questão (distribuição de renda), Bourguignon destaca que o processo de globalização, ao integrar ao mercado internacional países com abundância de mão de obra com baixa qualificação, foi um fator decisivo para a realocação da atividade produtiva no mundo. Entretanto, no que diz respeito à remuneração do trabalhador, essa maior integração desses países no mercado internacional levou à perda salarial do contingente empregado em postos de baixa remuneração nos países desenvolvidos à medida que esses trabalhadores passaram a enfrentar a concorrência de grande quantidade de mão-de-obra não qualificada disponível nos países em desenvolvimento.

Ainda sobre a questão dos deslocamentos produtivos em nível mundial, Pires (2012) ressalta (em concordância com as abordagens de alguns autores já citados anteriormente) que a globalização e o neoliberalismo são as premissas para o processo global de *deslocalização* produtiva global, no qual

(...) grandes empresas iniciaram um processo de deslocamento de parte de suas atividades industriais para os países periféricos. A principal explicação para este fenômeno estava na busca por “fatores produtivos” mais baratos, como matéria-prima e trabalho, ou ainda outras vantagens, como menor carga tributária, incentivos fiscais, câmbio desvalorizado etc. (PIRES, 2012, p.128)

Dentro desse processo de deslocalização, o país que mais atrai investimentos é a China. Não nos cabe aqui fazer um estudo da essência do modelo chinês de crescimento, mas é preciso ressaltar que não defendemos, neste trabalho, que a expansão dos capitais para novos espaços ocorra de forma natural e que haja uma prevalência iquestionável das forças externas do capital sobre as escalas nacional, regional e local. O caso da China é emblemático a esse respeito. Seu crescimento, como

destaca Arrighi (2008), não se deu apenas em virtude do seu imenso contingente de mão de obra barata, mas que as características dessa mão-de-obra são essenciais para se entender porque os capitais migraram para lá: “qualidade dessa reserva em termos de saúde, educação, capacidade de autogerenciamento, combinada à expansão rápida das condições de oferta e demanda para a mobilização produtiva dessa reserva dentro da própria China” (ARRIGHI,2008,p. 357). Em relação à discussão de se o governo chinês se rendeu ao neoliberalismo, o autor destaca o papel ativo do Estado Nacional chinês na promoção de políticas voltadas ao sistema produtivo, de regulamentação do capital estrangeiro, de educação, entre outros.

A China, portanto, embora tenha aberto sua economia ao investimento estrangeiro, não implementou as reformas neoliberais da forma e magnitude como elas são preconizadas pelos organismos multilaterais. O comércio internacional chinês sofre um conjunto de regulamentações, tendo, inclusive, políticas produtivas articuladas à exportação. Portanto, apesar de reconhecermos a importância da globalização e do neoliberalismo como catalisadores de um processo de deslocalização de plantas industriais, é preciso reforçar que os capitais atraídos para a economia chinesa seguem uma série de regulamentações. Mas, ao mesmo tempo, por outro lado, o sucesso chinês depende das desregulamentações do capital financeiro e abertura comercial dos outros países.

As análises até aqui sistematizadas – acerca do processo de deslocalização produtiva mundial, impulsionado por inovações tecnológicas e pela busca de maior valorização de capital em espaços antes desprivilegiados, com maior ou menor interferência dos Estados-Nacionais –, suscita a necessidade de se pensar as modificações ocorridas no conceito de Divisão Internacional do Trabalho. Segundo Caligaris (2016), a noção de que o capitalismo cria um desenvolvimento desigual já foi apontado por Marx ao ressaltar que o modo de produção capitalista se organiza forjando uma nova divisão do trabalho, que se adapta às exigências dos principais países industrializados e converte uma parte do globo em um campo de produção principalmente agrícola para abastecimento da outra parte, que, predominantemente, continua sendo um campo industrial. Entretanto, nos anos 1960 e 1970, novos fatores são levados em consideração para explicar o papel das esferas nacionais no processo mundial de valorização do capital. Com a transnacionalização da organização da produção, os investimentos industriais migram para países de mão de obra barata, redefinindo os papéis dos centros e das periferias no capitalismo mundial. As reformas neoliberais, que são sustentáculos do processo de globalização, intensificaram a realocação de investimentos em termos globais, criando, recriando ou destruindo especialidades.

Segundo Caligaris (2016), Grinberg e Starosta (2014) mostram que a noção de Nova Divisão Internacional do Trabalho, desenvolvida por Fröbel et al. (1980), não se contrapõe à categoria desenvolvida por Marx, mas pode ser incluída como parte de sua essência. Muitos países ainda mantêm na atualidade o papel de grande ofertante de recursos naturais no mercado mundial. Então,

(...)in this sense, Marx's cited text does not only retain validity but also, above all, confronts us directly with a question about the specificity of those national spheres of accumulation of capital that are based on the production of raw materials. What role do these national spheres play in the world market as the expression of the unity of the movement of global total social capital? (CALIGARIS, 2016, pos. 1384,1390, Kindle)

Segundo Charnock e Starosta (2016), para Fröbel et al. (1980), o mercado mundial não é apenas a soma total de economias nacionais interconectadas através do comércio internacional e do fluxo de capital. Para esses autores as economias nacionais são parte de um todo orgânico que eles chamam de sistema capitalista mundial.

Baseado nesses autores, a análise das novas espacialidades e da reorganização geográfica (constante e incessante) do capitalismo mundial deve ser guiada, a nosso ver, pela categoria analítica da Nova Divisão Internacional do Trabalho. Essa discussão não é nova e ela merece ser revisitada, como faz Charnock e Starosta (2016). Os autores indicam que a “new international division of labor” tem como uma de suas características o aumento da participação dos países subdesenvolvidos no comércio internacional de produtos manufaturados “that are competitive in the world market” (CHARNOCK and STAROSTA, 2016, pos. 3, Kindle), fato que altera a antiga divisão internacional do trabalho na qual os países subdesenvolvidos tinham papel de meros exportadores de produtos primários.

As principais características da nova divisão internacional do trabalho, segundo esses autores, são: transformações no mercado de trabalho, a partir do início dos anos 1970; nova configuração do mercado de trabalho capitalista; mudanças geográficas do capitalismo global; processos globais de reestruturação industrial. Em virtude da tendência à queda na taxa de lucro, as corporações transnacionais iniciaram a partir da década de 1970 um processo de realocação/deslocamento das plantas industriais intensivas em trabalho, em direção à periferia do capitalismo mundial que, por sua vez, oferece: baixos salários e trabalhadores disciplinados.

No coração das modificações na divisão internacional do trabalho residem as disputas ou concorrência dos capitais, especialmente os capitais transnacionais, por frações do mais-valor global, com uma consequência, do ponto de vista das condições de trabalho (e de vida) da classe trabalhadora (CHARNOCK e STAROSTA, 2016).

Por outro lado, a concorrência entre os capitais globais repousa sobre a intensificação do desenvolvimento e aplicação de processos de automação, cujas implicações tem sido, por um lado, a desqualificação (deskilling) de certo tipo de habilidades (em uma *particularistic* dimensão) e, por outro, a criação de novas habilidades/qualificações (em uma dimensão *universalistic* da qualidade produtiva da força de trabalho) requeridas pelo capital transnacionalizado – “soft and generic skills such as familiarity with computers and flexibility or individual initiative in problem-solving or decision-making.” Associada a essa tendência, uma outra a ela se entrelaça: o aumento de uma população relativa excedente para as necessidades do processo global de acumulação de capital, cuja

implicação é “not simply their degradation but their outright non-reproduction.” (CHARNOCK and STAROSTA, 2016, pos. 338/356, Kindle).

A estruturação da Nova Divisão Internacional do Trabalho está atrelada aos (i) avanços tecnológicos nos meios de comunicação e transporte, e à (ii) crescente fragmentação dos processos de produção e a conseqüente simplificação das tarefas que exigem baixa qualificação. As reformas neoliberais, no sentido de desregulamentação dos mercados de trabalho e desregulamentações financeiras para dar maior mobilidade ao capital, são condições necessárias para que haja essa realocação da produção em termos mundiais. O resultado disso é a ampliação da participação dos países periféricos nas exportações de produtos manufaturados, mas, como ressalta Pires (2012), de todas as etapas que conformam o processo produtivo (pesquisa e desenvolvimento, design, viabilidade financeira, marketing, produção e comercialização), os países periféricos, em sua maioria e à exceção dos Tigres Asiáticos e China, ficam apenas com a parte da produção (muitas das vezes essa produção consiste apenas na montagem).

Vale lembrar, mais uma vez, que a migração de indústrias para a periferia do sistema capitalista remonta ao pós-Segunda Guerra Mundial, mas a partir dos anos 1970 esse processo assume uma nova roupagem em virtude das condições já assinaladas acima. Dessa forma, cria-se uma periferia em grande medida industrializada, mas ainda dependente, de um lado. Por outro lado, o centro do capitalismo está cada vez mais orientado para uma economia baseada em serviços, a qual não consegue absorver adequadamente (comparativamente à “fase de ouro” do capitalismo da Europa ocidental) a população desempregada por aquele processo.

Charnock e Starosta (2016) ressaltam que existem algumas críticas à categoria analítica da Nova Divisão Internacional do Trabalho. Alguns críticos tomam como base a experiência dos “Tigres Asiáticos”, que contradiz a teoria das exportações baseadas em baixos salários e intensivos em trabalho. Por outro lado, as formulações da NIDL são consideradas generalizantes, uma vez que não consideravam as diferenças no desenvolvimento entre os países. Porém, os autores consideram que a NIDL merece ser revisitada, visto que “while accepting the veracity of some of the criticisms levelled at the original NIDL thesis and the version of it that became common currency by the 1990s, we believe that it deserves to be revisited.” (CHARNOCK e STAROSTA, 2016, pos. 259, Kindle). Os autores acreditam que a NIDL ainda pode lançar luz sobre o desenvolvimento capitalista em diferentes partes do mundo de hoje, assim como sobre a natureza do desenvolvimento desigual do mercado mundial de trabalho capitalista. A tese da NIDL, para a finalidade que se propõe neste trabalho, consiste em importante ferramenta para entender as transformações globais no sistema capitalista e de seu desenvolvimento desigual contemporâneo.

Verifica-se, na NIDL, um processo de desindustrialização nos países desenvolvidos, com grandes impactos em termos de precariedade de emprego em algumas regiões anteriormente



industrializadas. Por outro lado, observa-se a migração de empresas para países que oferecem mão de obra barata, reforçando a competição entre países não desenvolvidos.

Os países em desenvolvimento, como o Brasil, diante do processo de globalização econômica, comandado por grandes corporações transnacionais, enfrentam os seguintes desafios: i) a concorrência entre capitais, primordialmente entre grandes capitais, cria novas paisagens geográficas e é a essência de um desenvolvimento capitalista desigual; ii) as mudanças na organização do modo de produção capitalista a partir dos anos 1970, ao provocar a desregulamentação dos mercados, intensificar a financeirização, juntamente com mudanças tecnológicas, mudam a capacidade de lucratividade dos sistemas produtivos, levando os capitais (principalmente aqueles grandes capitais cujos mercados apresentam estruturas oligopolizadas) em busca de novos espaços de valorização; iii) a divisão internacional do trabalho se altera, principalmente em relação à Ásia em virtude da capacidade de crescimento chinês; iv) a periferia Latino Americana, em grande medida, terá baixa participação nas cadeias globais de valor (se comparado com a Ásia, notadamente China); v) intransponíveis barreiras à entrada em setores industriais chave nos mercados globais, o que impõe limites estreitos às políticas nacionais de *catching up* tecnológico; vi) ameaças constantes, por parte das transnacionais, de deslocamento para outras partes do globo, o que direciona as políticas, recursos e instituições de seus Estados nacionais a priorizar as demandas daquelas empresas, muitas vezes em detrimento das demandas sociais e do desenvolvimento nacional e regional; vii) no caso brasileiro, especificamente, teremos um sistema industrial que progressivamente dependerá mais de importação de bens de capital e insumos, o país terá expressiva participação de produtos industrializados na pauta exportadora e esses serão direcionados, em sua grande maioria, aos países latino americanos, ao mesmo tempo que, por outro lado, o Brasil terá seus superávits comerciais gerados no comércio de bens intensivos em recursos naturais e em trabalho.

Ademais, os países em desenvolvimento, como o Brasil, diante do processo de globalização econômica, comandado por grandes corporações transnacionais, enfrentam, segundo os autores anteriormente citados, os seguintes problemas: i) intransponíveis barreiras à entrada em setores industriais chave nos mercados globais, o que impõe limites estreitos às políticas nacionais de *catching up* tecnológico; ii) ameaças constantes, por parte das transnacionais, de deslocamento para outras partes do globo, o que direciona as políticas, recursos e instituições de seus Estados nacionais a priorizar as demandas daquelas empresas, muitas vezes em detrimento das demandas sociais e do desenvolvimento nacional e regional.

As observações até aqui expostas, em relação aos limites de ação que os Estados nacionais (particularmente os em desenvolvimento) têm em sua inserção na dinâmica capitalista globalizada, são cruciais, portanto, para se pensar a forma como o Brasil tem se inserido na nova divisão internacional do trabalho e no comércio internacional, assim como o reflexo dessa inserção no

desenvolvimento regional do país, em termos de modificações nas estruturas produtivas e nos mercados de trabalho regionais, assim como também sobre os virtuais limites impostos por essa inserção ao Estado brasileiro enquanto agente imprescindível ao desenvolvimento nacional e regional.

### **3. Inserção comercial do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho em tempos de globalização e neoliberalismo**

O Brasil, que passou por um intenso processo de industrialização nos anos 1950 a 1970, apresenta alguns indícios de desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora.

Pires (2012) aponta para a perda da periferia nesse processo de realocação das indústrias em termos mundiais, sendo China e Índia as únicas exceções. O Brasil, apesar de registrar taxas de crescimento positivas no período 2004 a 2008, assim como entrar em uma trajetória de redução das desigualdades, perdeu densidade nas cadeias produtivas (como será discutido na seção seguinte), diminuiu a complexidade da pauta exportadora com ampliação de exportações de bens intensivos em recursos naturais e em trabalho, e elevou a complexidade tecnológica da pauta de importação. Vale ressaltar que o movimento de realocação da indústria em termos mundiais tanto é reflexo quanto exacerba a concorrência entre os capitais e, conseqüentemente, exacerba a concorrência entre os países periféricos para a atração de investimentos. O Brasil perdeu investimentos para a China e passou a ser um grande importador de produtos provenientes daquele país.

Por outro lado, o país ampliou demasiadamente a exportação de produtos agropecuários e produtos provenientes da extração mineral. Isso reforça a expansão das fronteiras agrícola e mineral, criando novas espacialidades, sobretudo nas regiões Centro-Oeste e Norte do país. Essa expansão da produção conectada ao comércio internacional além de criar novas espacialidades, leva a uma maior mercantilização da vida (se sobrepondo, muitas vezes, a organizações sociais previamente estabelecidas), leva a uma maior exploração do território e, como veremos, tem dificuldades em ampliar demasiadamente os postos de trabalho de melhor remuneração.

No que se refere ao padrão de comércio exterior brasileiro e ao debate em torno de uma possível reprimarização da pauta exportadora brasileira<sup>2</sup>, Nascimento; Cardozo, Cunha (2009) defendem que o país, historicamente, teve um peso expressivo de produtos intensivos em recursos naturais na sua pauta exportadora e que isso, mais que um resultado macroeconômico, expressa que, em diferentes fases da história econômica brasileira a partir do processo de industrialização, o modelo de (sub)desenvolvimento brasileiro depende da geração de saldos positivos provenientes dos recursos

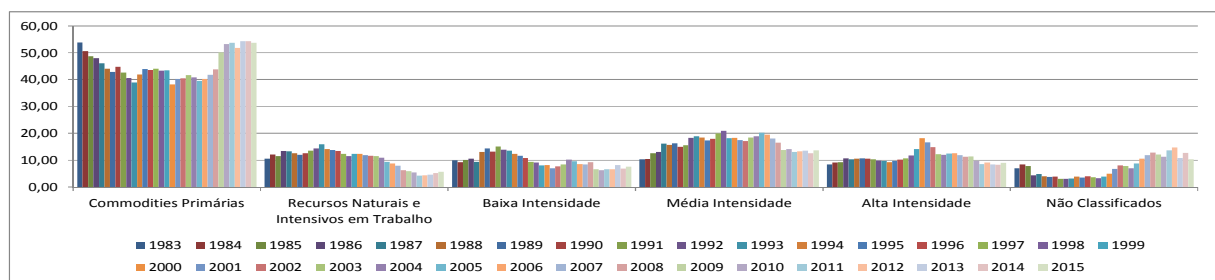
---

<sup>2</sup> Alguns trabalhos que abordam o debate em torno do processo de reprimarização da pauta exportadora não necessariamente pela via da Doença Holandesa, tais como: Carvalho e Carvalho 2011; Gonçalves (2011).

naturais. Durante o *boom* de *commodities*, os saldos positivos gerados a partir do comércio de bens básicos foram de extrema importância para aliviar nosso histórico estrangulamento externo e para viabilizar uma economia com elevado grau de desnacionalização.<sup>3</sup> Análise do período pós crise revela que as *commodities* continuaram a ser as geradoras de superávits comerciais ao passo que os demais bens da pauta exportadora brasileira foram deficitários (PRATES, BALTAR, SEQUETO, 2014). Essa tendência apontada por Prates, Baltar e Sequetto (2014) pode ser observada nos três gráficos que seguem.

O Gráfico 1 apresenta o perfil das exportações brasileiras por intensidade tecnológica e podemos afirmar que existe uma tendência estrutural à grande participação de produtos primários na pauta exportadora brasileira. Essa tendência foi reforçada a partir da crise internacional, à medida que entre o período de 2009 e 2015 a participação de produtos primários na pauta de exportação brasileira ultrapassou 50% do total de produtos exportados pelo país.

Gráfico 1: Exportações intensidade tecnológica, Brasil, 1983 a 2015, em %.



Fonte: Comtrade.

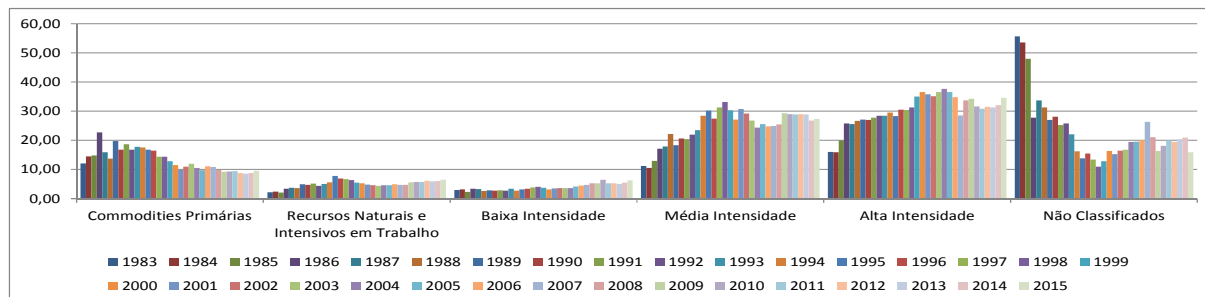
Esse processo de ampliação das exportações de *commodities* primárias, que se intensificou após a deflagração da crise internacional, vem acompanhado de uma mudança na participação dos países no total de exportações brasileiras. Por exemplo, enquanto os Estados Unidos absorviam 23,9% das exportações brasileiras em 2000, em 2015 essa participação estava em torno de 12,6%, chegando a ser de 9,6% em 2010. A União Europeia, por sua vez, também perde participação, passando de 27,9% em 2000 para 17,8 em 2015. Por outro lado, a China tinha inexpressiva participação de 2% no total das exportações brasileiras em 2000, participação essa que tem sido crescente, chegando a 19% em 2015.

No que se refere ao perfil das importações nacionais, verifica-se um grande peso de produtos com maior intensidade tecnológica (principalmente média e alta intensidade) o que é resultado, primordialmente, em virtude da manutenção da apreciação cambial mesmo pós a crise internacional, da crescente dependência que a produção nacional tem de tecnologia importada, e do consumo interno

<sup>3</sup> Ver Nascimento; Cardozo; Cunha (2009).

de produtos acabados provenientes de outros países. Dessa forma, apesar do dinamismo da economia brasileira no período 2010-2015 ser menor que o observado no período 2003-2008.

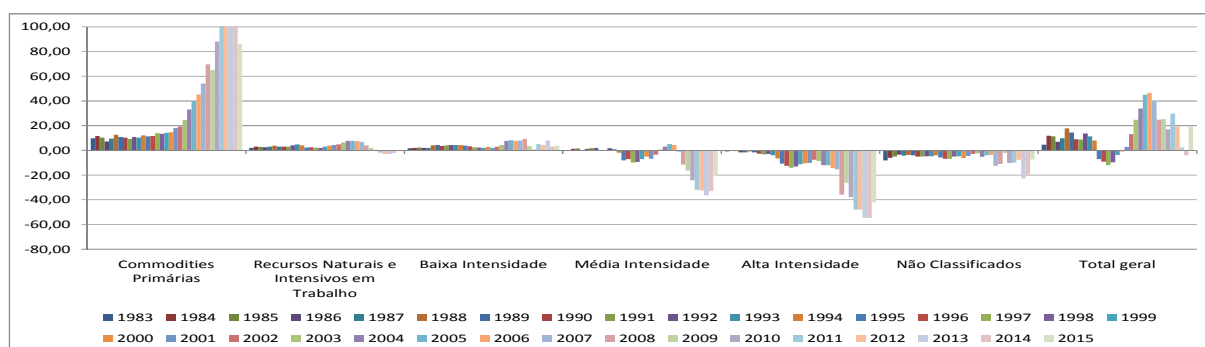
Gráfico 2: Perfil das importações, Brasil, 1983 a 2015, em %.



Fonte: Comtrade.

No que se refere ao saldo comercial, de 2001 a 2013 o Brasil acumulou superávits comerciais, em 2014 apresentou déficit comercial e em 2015 recuperou superávit comercial. A crise internacional impactou o saldo comercial em virtude da perda de dinamismo internacional mas também devido aos altos patamares de importação de produtos de média e alta tecnologia. O Gráfico 3 revela uma tendência estrutural da economia brasileira que se intensifica nos anos 2000 que é o fato das *commodities* primárias serem os produtos que de fato geram superávits significativos no comércio internacional. Essa característica da inserção comercial brasileira se intensificou nos anos 2000 pelos fatores já assinalados anteriormente, que estão relacionados a um processo de reorganização geográfica da produção, na qual cabe ao Brasil o papel de ofertante de *commodities* primárias principalmente para União Europeia, Ásia (China em grande medida) e Estados Unidos.

Gráfico 3: Saldo comercial segundo intensidade tecnológica, Brasil, 1983 a 2015.



Fonte: Comtrade, elaboração própria.

Embora nosso período de análise neste trabalho seja de 2004 a 2014, é importante observar os dados em um prazo maior para termos clareza do que significa a exportações de produtos primários para o Brasil. Primeiro, esses dados sinalizam um possível processo de primarização da pauta exportadora brasileira nos anos 2000 e, mais que isso, sinaliza uma situação em que o saldo comercial total é crescentemente dependente da geração de saldos comerciais gerados por esses produtos.

Fazendo a relação dessas informações com a literatura trabalhada até aqui, podemos dizer que o Brasil reforça sua inserção na divisão internacional do trabalho como exportador de primários.

Qual é a importância de se discutir essa tendência de primarização da pauta de exportação brasileira? Um fator que podemos ressaltar consiste no fato de, em vários ramos, o país exportar o produto bruto (primário) sem que haja investimentos ou políticas que privilegiem a formação de cadeias produtivas, com agregação de valor e geração de empregos internamente. Dessa forma, a atividade exportadora, no que se refere aos produtos primários, tem limitados efeitos de encadeamento inter-setorial. Os produtos com maiores pesos na pauta de exportação brasileira consiste em produtos provenientes da agropecuária e da extrativa mineral e, como veremos nos tópicos posteriores, são atividades que apresentam limitações para geração de empregos com o aumento da mecanização da agricultura e pelo fato da indústria extrativa mineral ser intensiva em capital. Concordamos com Mattei (2015) quando esse afirma que a expansão das exportações de primários não esteve apenas relacionada à expansão da demanda chinesa, mas também ao fato dos produtos manufaturados brasileiros não terem competitividade no mercado mundial.

#### **4. Estrutura produtiva brasileira: desindustrialização e redução de adensamento produtivo em um contexto de delocalizações**

De acordo com Bastos (2015), nos anos 1990 a indústria brasileira intensificou sua articulação às cadeias globais de valor diante da liberalização comercial e apreciação cambial. Esse processo levou a ampliação da “incorporação rápida de tecnologias importadas e o corte de gastos em geração autônoma de tecnologia e capacitação própria de inovar” (BASTOS, 2015, p. 31). Essa integração se dá, primordialmente, à medida que as empresas instaladas no Brasil intensificam seu papel de importadoras de tecnologia e insumos. O autor resalta, que dentro das transformações gerais no capitalismo contemporâneo, os produtos de mais elevada tecnologia e que tem seus sistemas produtivos comandados por grandes empresas, intensificam suas vendas para o próprio mercado interno brasileiro (que se expande no período pós 2004 em virtude das políticas de valorização do salário mínimo, de transferência de renda, incentivos fiscais, etc) e regional (em virtude tanto das estratégias globais das grandes empresas estrangeiras, quanto em virtude dos acordos comerciais no âmbito do MERCOSUL, e também acordos bilaterais, como por exemplo o acordo no setor automotivo entre Brasil e México).

Diante dos processos de mudanças tecnológicas, de reestruturação da produção industrial com organização da indústria em cadeias globais e com todo o processo de subcontratação, terceirização e de serviços que intensificam sua articulação à produção industrial, aliados a questões internas tais como as políticas de desregulamentação financeira, privatizações, abertura comercial implementadas no Brasil nos anos 1990, e de políticas de incentivo ao consumo e ao investimento nos anos pós 2003

(que não foram capazes de reverter o processo de desnacionalização do parque produtivo nacional) existe um amplo debate entre pesquisadores brasileiros a respeito de se está ou não havendo um processo de desindustrialização no Brasil<sup>4</sup>.

Apesar desse debate não gerar um consenso sobre o que vem ocorrendo com a indústria brasileira, há vários trabalhos que mostram que a estrutura industrial no país tem apresentado uma especialização regressiva, com quebras de cadeias produtivas e com maior dependência de importação de insumos e tecnologia. Sarti e Hyratuka (2017) assinalam, por sua vez, que nos últimos anos vários indicadores apontam para um possível processo de desindustrialização no Brasil. Para os autores, quando eclode a crise internacional de 2008 a indústria brasileira se encontrava “mais especializada, fragilizada, desnacionalizada, defasada tecnologicamente e muito mais exposta à concorrência externa quando a crise financeira se iniciou em 2008-09”. Nem o ciclo virtuoso de *commodities* no período anterior, nem as políticas públicas voltadas para o setor produtivo foram capazes de reverter essa situação.

Nos tópicos anteriores este artigo procurou ressaltar que diante das tendências mais gerais do capitalismo mundial, com destaque para os processos de deslocalizações, uma parte da periferia se tornou atrativa para investimentos industriais mais complexos, ao passo que outra parte da periferia vem se inserindo nas cadeias globais de valor predominantemente na fase de montagem e tem apresentado maior competitividade na produção e exportação de *commodities*.

Os dados da Tabela 1 mostram que a perda de participação da indústria está associada diretamente à queda de participação da indústria de transformação no PIB. Entretanto, os dados indicam que no período de 2003 a 2008 a participação da indústria de transformação no PIB (embora estivesse em patamares baixos) esteve em níveis superiores em relação ao começo da década indicando que as políticas voltadas para o fortalecimento do mercado interno, ampliação do consumo, podem ter tido impacto no sentido de ampliar o dinamismo da indústria.

A partir de 2009, quando os efeitos da crise internacional começam a ser sentidos na economia brasileira, e nos anos posteriores em que começa a ter mudanças na orientação da política macroeconômica, tornando-a ainda mais restritiva, a indústria de transformação intensifica um processo de perda de participação no PIB.

Deve-se chamar atenção para o fato de que, apesar dessa grande oscilação da participação da indústria de transformação no PIB, as oscilações no PIB agropecuário não são tão bruscas, podendo-se destacar que os anos mais críticos foram 2009 e 2012, em virtude da contração da demanda internacional e alterações dos preços no mercado internacional. A indústria extrativa também apresentou tendência de ampliação de participação no PIB. Dessa maneira, podemos afirmar que os

---

<sup>4</sup> Sampaio (2015) faz um importante apanhado do debate sobre desindustrialização no Brasil, mostrando diferentes escolas de pensamento econômico e diferentes metodologias.

setores agropecuário e da indústria extrativa, que são aqueles mais dinâmicos no que se refere à inserção do país no comércio exterior, mantiveram ou ampliaram suas participações no PIB, mostrando que há uma ligação entre estrutura produtiva e papel do país na divisão internacional do trabalho no que diz respeito ao aspecto comercial.

**Tabela 2: Participação dos setores agropecuários, industrial e de serviços no PIB nacional, 2000 a 2015, Brasil.**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agropecuária	5,52	5,64	6,42	7,20	6,67	5,48	5,14	5,18	5,41	5,24	4,84	5,11	4,90	5,28	5,03	5,02
Indústria	26,75	26,59	26,37	26,96	28,63	28,47	27,68	27,12	27,33	25,59	27,38	27,17	26,03	24,85	23,79	22,51
SIUP	3,14	3,33	3,40	3,27	3,45	3,37	3,23	3,00	2,62	2,69	2,81	2,67	2,45	2,04	1,89	2,39
Indústria Construção	6,96	6,26	6,45	4,62	4,94	4,59	4,35	4,56	4,37	5,43	6,27	6,28	6,48	6,38	6,17	5,74
Indústria Extrativa	1,38	1,62	2,03	2,20	2,46	3,15	3,51	2,96	3,82	2,20	3,33	4,37	4,55	4,16	3,72	2,15
Indústria da Transformação	15,27	15,37	14,48	16,88	17,79	17,36	16,59	16,60	16,52	15,27	14,97	13,86	12,55	12,27	12,01	12,24
Serviços	67,73	67,78	67,22	65,83	64,69	66,05	67,18	67,70	67,26	69,18	67,78	67,72	69,07	69,87	71,18	72,46

Fonte: Contas Nacionais, IBGE.

Entretanto, não podemos nos deter à participação dos setores de atividade no PIB. É preciso, também, ver qual é o grau de adensamento das cadeias produtivas. Para tanto, as Tabelas 2 e 3 apresentam a relação entre o Valor da Transformação Industrial e o Valor Bruto da Produção, pois essa relação consiste em um indicador do quanto do valor da produção é agregado internamente. As tabelas, com base na Pesquisa Industrial Anual (PIA) trazem dois subperíodos de análise: 1996 a 2007 e 2008 a 2015. Essa subdivisão é necessária porque houve mudança na classificação das atividades econômicas, sendo que no primeiro subperíodo se utiliza a CNAE 1.0 e no segundo a CNAE 2.0.

Observa-se a forte tendência de queda no indicador utilizado para o conjunto da indústria de transformação, o que revela que a indústria nacional se torna cada vez mais dependente de importações nas suas mais diversas cadeias produtivas. Isso corrobora o que foi mostrado pelos dados de importação, que revelaram a grande participação de importações de produtos com maior grau de intensidade tecnológica.

Essa tendência é evidenciada nos mais diversos segmentos industriais. No subperíodo 1996 a 2007, as quedas no indicador foram generalizadas, com destaque para segmentos de maior intensidade tecnológica, tais como informática, máquinas e equipamentos, material elétrico, material eletrônico. Destaca-se também que as perdas se intensificaram a partir dos anos 2002/2003, coincidindo com o *boom de commodities* e, como ressaltamos neste artigo, no momento em que novos espaços de valorização do capital se estabelecem, cabendo um papel, do ponto de vista comercial e produtivo, ao Brasil de ofertante produtos de menor valor agregado e menor intensidade tecnológica e importador de produtos de mais elevada intensidade tecnológica.

**Tabela 3: Relação entre Valor da Transformação Industrial e Valor Bruto da Produção, Brasil, 1996 a 2007.**

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Indústrias de transformação	46,9	45,8	45,3	45,7	44,9	44,0	44,0	43,1	42,0	42,3	43,0	42,3
Alimentos e Bebidas	41,2	41,0	38,9	38,5	35,6	37,4	36,0	37,0	35,4	37,5	38,0	36,0
Fumo	58,2	52,3	54,7	60,8	57,4	58,7	51,0	47,9	42,0	42,1	47,2	50,2
Têxteis	43,8	42,1	43,2	44,7	42,8	41,4	41,5	38,1	38,8	39,8	40,0	39,5
Vestuário	44,1	42,9	41,9	43,8	44,4	45,2	45,2	45,5	45,9	42,0	45,7	46,1
Couros e calçados	45,3	41,9	43,6	41,0	39,5	40,9	41,2	38,7	40,4	40,6	42,3	41,4
Madeira	49,1	48,7	49,0	51,9	51,5	51,1	51,4	49,4	48,7	46,1	47,0	47,2
Celulose e papel	49,5	48,9	49,2	49,7	52,9	50,6	52,3	49,3	49,6	45,7	48,6	47,5
Impressão e gravações	69,4	72,0	69,7	65,3	63,8	61,4	62,0	61,5	62,9	63,8	63,9	63,5
Derivados do petróleo e Biocombustível	51,5	47,1	61,0	71,1	74,9	69,0	67,4	69,8	66,5	70,1	69,2	66,1
Produtos químicos	47,9	46,2	45,1	45,0	40,3	39,1	38,4	36,6	34,9	35,8	36,2	37,2
Borracha e plástico	50,0	48,2	46,1	45,6	38,6	38,5	40,4	39,5	38,4	39,0	39,3	38,1
Minerais não-metálicos	51,4	52,4	52,9	52,3	52,7	53,6	55,4	52,3	51,2	48,9	49,0	48,6
Metalurgia	43,3	43,7	41,5	43,9	45,1	42,9	43,9	43,2	46,1	42,1	40,7	39,7
Metal	53,0	50,3	48,2	49,3	45,3	47,6	47,1	43,2	44,9	45,3	43,8	44,4
Máquinas e equipamentos	52,8	51,5	47,8	49,2	47,0	46,1	46,5	44,1	43,3	41,5	42,5	41,3
Informática, eletrônicos e ópticos	44,5	38,2	37,2	41,3	34,5	44,9	37,2	35,0	31,1	27,2	32,0	28,4
Máquinas e materiais elétricos	49,7	48,5	49,2	44,2	43,1	41,7	42,0	41,0	40,0	39,9	37,5	39,2
Material Eletrônico equipamentos de comunicação	45,7	45,2	40,2	37,3	38,2	36,9	36,9	29,4	30,0	30,2	31,3	32,7
Instrumentação médico-hospitalares, óticos, automação	61,3	59,1	59,2	56,7	57,9	54,4	53,3	53,2	54,7	56,5	57,1	57,1
Veículos Automotores	39,1	38,7	39,4	34,3	36,5	34,7	36,6	34,9	33,7	31,4	34,0	34,9
Outros equipamentos de transporte	45,6	43,4	40,3	41,4	42,0	43,3	46,9	41,3	38,1	34,7	39,9	38,9
Móveis	48,2	46,3	45,6	45,0	43,8	43,2	44,8	42,7	42,8	42,9	42,8	44,1
Reciclagem	61,5	63,9	66,4	66,7	58,0	60,5	60,8	59,1	52,8	54,4	52,7	49,3

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA), IBGE.

No período 2008 a 2015, apesar de oscilações e de melhorias para alguns segmentos industriais, esse indicador ficou em patamares bem inferiores aos observados na última década do século passado. Ademais, segmentos de maior intensidade tecnológica continuou apresentando perdas, tais como informática, fabricação de veículos, outros veículos automotores. No período de 1996 a 2015 o segmento que apresentou maior crescimento deste indicador foi derivados do petróleo e biocombustível, que por sua vez é bastante voltado às exportações e que foi contemplado com pesquisas, desenvolvimento de tecnologia nacional, política de conteúdo local, etc.

Deve-se ressaltar, portanto, que o debate não pode se circunscrever a desindustrialização do ponto de vista da participação da indústria de transformação no PIB. É necessário verificar a estrutura produtiva, com destaque para a estrutura de indústria de transformação. A indústria brasileira vem em um processo contínuo de perda de adensamento de cadeias produtivas, o que está relacionado aos efeitos da política econômica, mas também, ao papel que a economia brasileira vai assumindo no sistema capitalista mundial.



**Tabela 4: Relação entre Valor da Transformação Industrial e Valor Bruto da Produção, Brasil, 2008 a 2015.**

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Indústrias de transformação	42,6	43,4	44,1	44,1	43,4	42,9	42,4	42,6
Alimentos	34,0	35,2	37,1	37,8	36,9	36,5	35,9	35,9
Bebidas	55,7	56,1	55,5	55,3	56,9	56,3	52,7	53,2
Fumo	50,9	52,3	46,0	54,7	56,3	53,0	53,2	52,8
Têxteis	41,1	41,6	42,2	40,8	42,1	41,3	40,6	40,9
Vestuário	45,8	50,3	53,6	52,8	53,1	53,3	52,7	53,6
Couros e calçados	44,9	50,0	49,8	49,9	51,0	50,2	47,9	48,4
Madeira	48,1	49,3	51,5	49,4	49,2	51,0	48,7	48,1
Celulose e papel	46,9	46,6	47,1	48,3	47,6	48,2	47,3	50,1
Impressão e gravações	57,4	53,8	54,8	55,7	53,5	54,9	58,0	55,3
Derivados do petróleo e Biocombustível	66,5	67,9	69,5	71,6	68,8	68,0	66,7	69,0
Produtos químicos	32,2	33,1	35,4	33,7	32,3	31,4	31,9	34,1
Farmacêuticos e farmacêuticos	62,0	61,1	62,1	60,7	58,9	59,0	57,3	55,7
Borracha e plástico	38,3	41,3	41,8	41,0	40,7	41,0	41,3	39,7
Minerais não-metálicos	48,1	48,3	49,1	48,6	48,8	47,4	47,1	45,3
Metalurgia	40,5	35,8	36,5	32,3	32,1	34,2	34,5	34,7
Metal	45,1	49,2	48,5	47,8	47,0	47,6	45,8	45,8
Informática, eletrônicos e ópticos	34,0	33,8	33,4	33,5	32,8	33,0	31,3	29,6
Máquinas e materiais elétricos	38,7	39,6	40,0	40,6	41,1	41,6	41,6	39,9
Máquinas e equipamentos	40,0	43,2	42,8	43,9	44,3	41,4	41,2	43,4
Veículos Automotores	37,3	38,1	37,6	38,6	36,8	35,4	34,8	32,8
Outros equipamentos de transporte	37,8	36,5	40,8	40,0	40,8	43,2	40,4	37,2
Móveis	39,7	41,6	44,3	45,3	45,4	45,7	46,6	46,0
Produtos diversos	55,3	59,0	58,3	58,6	60,1	58,7	58,8	58,1
Manut., reparação e instalação de máquinas e equipamentos	59,2	59,3	66,1	68,9	67,6	67,8	64,1	59,9

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA), IBGE.

No que se refere à análise da distribuição do Valor da Transformação Industrial (VTI) entre indústria extrativa e indústria de transformação, os dados da PIA revelam que houve uma perda significativa da indústria de transformação e ganhos da indústria extrativa. A indústria extrativa correspondia a cerca de 3% do VTI em 1996, chegando a aproximadamente 5,5% em 2000, 7% em 2003 e 13% em 2015, tendo em contrapartida a perda relativa da indústria de transformação.

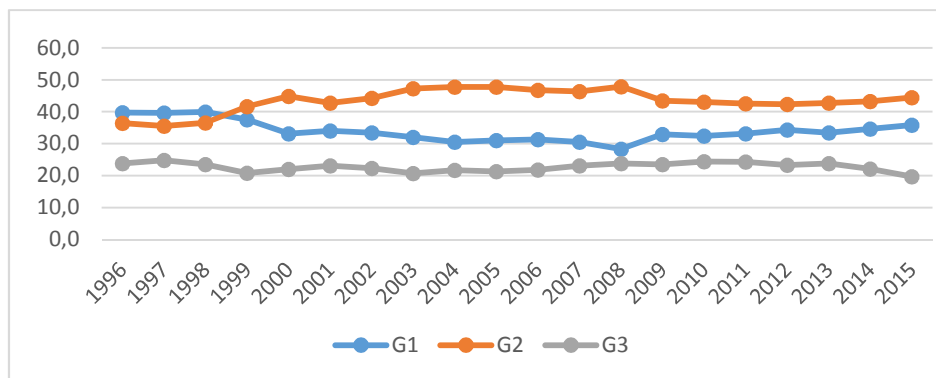
Por fim, analisaremos mais um aspecto da composição da indústria de transformação nacional. Seguindo a tipologia apresentada em Cano (2008), classificamos os grupos industriais da indústria de transformação segundo uso ou destino. Dessa forma, “GI- indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-durável; GII – indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários; GIII – indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo durável e de capital”<sup>5</sup> (CANO, 2008, p. 254).

Deve-se destacar que no Grupo I predomina a presença de produtos intensivos em trabalho, com grande articulação com o setor agropecuário, como é o caso do segmento produtor de alimentos e bebidas. Apesar desse grupo perder participação no VTI de 1996 a 2008, a partir de então ele passa a recuperar participação. Tendência oposta foi apresentada pelo Grupo II, que ganhou participação até 2008 e a partir de então começou a apresentar quedas. Trata-se de bens intermediários, que compõem cadeias produtivas e que também têm participação importante nas exportações, tais como derivados de petróleo e outros combustíveis e metalurgia. Por fim, o GIII, que compreende os

<sup>5</sup> GI: Alimentos e Bebidas, Fumo, Têxtil, Vestuário, Couro e seus artefatos, Edição, Impressão e Reprodução de Gravações, Farmacêutica, Perfumes, Sabões e Velas, Mobiliário, Diversas; GII: Madeira, Papel e Celulose, Coque, refino de petróleo, Produtos Químicos, Borracha e Plástico, Minerais Não-Metálicos, Metalurgia Básica, Produtos de Metal, Reciclagem; GIII: Máquinas e Equipamentos, Máquinas para Escritório e Informática; Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos, Material Eletrônico, Equipamentos médicos, de precisão, Veículos Automotores, Outros Equipamentos de Transporte (CANO, 2008, p. 257-258). Para o período 2008 a 2015 fizemos adaptações necessárias a partir da Classificação Nacional das Atividades Econômicas que passou a ser usada.

segmentos de maior intensidade tecnológica, é o que apresenta menor participação e tendência de queda nos últimos anos da série. Eis o grande problema da nossa indústria de transformação, baixo peso do núcleo duro do sistema industrial, mostrando nossa grande dependência de máquinas, equipamentos, tecnologia e inovações. Essa é, sem dúvida, uma das faces da nossa posição na divisão internacional do trabalho.

**Gráfico 4: Participação dos Grupos 1, 2 e 3 no Valor da Transformação Industrial, 1996 a 2015,**



Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA), IBGE.

Este tópico mostrou, portanto, que além da perda de participação da indústria de transformação no PIB, o debate acerca da desindustrialização deve ser inserido em uma discussão sobre a estrutura produtiva industrial. Nosso sistema industrial tem apresentado perda de adensamento de cadeia produtiva, ampliação da indústria extrativa e perda de participação da indústria de transformação no VTI. Por fim, vê-se um encolhimento do segmento produtor de bens de capital e consumo duráveis que deveria ser o núcleo de irradiação de dinamismo para o setor industrial.

### **Considerações finais:**

As questões apontadas neste texto, no que se refere à inserção externa e à estrutura produtiva industrial, não são um resultado natural ou de uma inserção internacional passiva. Trata-se de um processo que está atrelado ao nosso passado colonial, de inserção externa subordinada, primária exportadora que não se modificou no momento da emancipação política. Celso Furtado, em seu livro *Pequena Introdução ao Desenvolvimento* (capítulo 10) nos chamou atenção para as dificuldades de implementação de um sistema industrial enquanto vigorava a antiga divisão internacional do trabalho. O processo de industrialização brasileiro foi resultado de vontade política, atuação do Estado, mas, como apontou Francisco de Oliveira em seu livro *Teoria da Dependência Imperfeita*, Kubitschek restaurou uma dependência ainda mais problemática à medida que o país se inseriu na Divisão Internacional do Trabalho como exportador de produtos primários, importador de tecnologia e bens

de capital, produtor de duráveis cuja oferta estava direcionada para o mercado interno, mas sua produção estava comandada pelo capital externo. Nesse sentido, o setor exportador (de primários) precisava dar conta da importação de bens de capital para o setor produtor de duráveis, além de suprir as demandas por divisas para a remessa de lucros para o exterior.

A divisão do trabalho atual é ainda mais complexa, deve ser analisada levando em consideração a financeirização, a geopolítica, os poderes hegemônicos, entre outros elementos. Para o que queremos chamar atenção neste artigo, é importante observar que a estrutura produtiva nacional é reflexo da inserção do país em um contexto em que a organização da produção sofreu alterações em termos mundiais. Essas alterações em termos mundiais estão relacionadas a uma série de fatores e processos históricos complexos. Mas chamamos atenção para o fato do sistema capitalista ser um sistema que cria desigualdades espaciais, em que o capital não é estático, em que a concorrência intercapitalista e a tendência a queda na taxa de juros levam a processos de deslocalizações. A divisão internacional do trabalho também está em constantes mudanças. Na fase atual, cabe destacar o papel da China, os papéis da periferia e o papel do Brasil no sistema capitalista internacional.

A inserção comercial brasileira, sendo apenas um dos aspectos a ser levado em consideração quando se analisa o papel do país na Divisão Internacional do Trabalho, apresentou reforço da característica de reprimarização nos últimos anos. Além disso, há reforço também da geração de superávits comerciais a partir de produtos intensivos em recursos naturais e trabalho. Grande parte dos produtos são exportados em sua forma bruta, com baixo encadeamento intersetorial. A expansão das exportações de produtos primários está relacionada ao aumento da demanda chinesa e ao papel que cabe ao país na divisão internacional do trabalho.

A esta questão, a estrutura produtiva está extremamente conectada. E ela deve ser vista pela ótica do processo de desindustrialização, que alguns autores destacam que vem ocorrendo no Brasil. Para além dessa discussão, a contribuição deste artigo para o debate desses temas é de que as características da estrutura produtiva podem ser interpretadas à luz da inserção do país na divisão internacional do trabalho, se inserindo na fase final de montagem nas cadeias globais da produção de bens mais complexos e mais intensivos em capital.

Nesse sentido, além de perda de participação da indústria de transformação no PIB, verifica-se uma maior estabilidade na participação do setor agropecuário e da indústria extrativa. Por outro lado, o Brasil, vem apresentando, desde os anos 1990, perda de adensamento de cadeias produtivas, e queda dos segmentos mais complexos da indústria. Os fatores explicativos para tais processos são complexos, multideterminados. Aqui destacamos que o papel do país no sistema econômico internacional é de extrema importância para entendimento dos processos de reprimarização e desindustrialização.

## Referências Bibliográficas

- ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI*. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.
- BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade. Campinas*, v. 21, n. 3 (46), p. 779-810, dez. 2012.
- BASTOS, P. P. Z. Austeridade para quem? A crise global d capitalismo neoliberal e as alternativas para o Brasil. *Texto para Discussão Instituto de Economia Unicamp*. Número 257, 2015.
- BOURGUIGNON, F. *The Globalization of Inequality*. New Jersey: Princeton University Press. 2015.
- CALIGARIS, G. (2016). The Global Accumulation of Capital and Ground-Rent in ‘Resource Rich’ Countries. In: CHARNOCK, G.; STAROSTA, G. [Eds.]. *The New International Division of Labour: Global Transformation and Uneven Development*. London: Palgrave Macmillan (International Political Economy Series). 2016.
- CANO, W. *Desconcentração Produtiva Regional do Brasil, 1970-2005*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- CARVALHO, D. F.; CARVALHO, A. C. Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira global: conceitos e evidências. *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia (MG), 26 (1), p. 35-64, Jul./Dez. 2011.
- CHARNOCK, G.; STAROSTA, G. [Eds.]. *The New International Division of Labour: Global Transformation and Uneven Development*. London: Palgrave Macmillan. (International Political Economy Series). 2016. Kindle.
- FRÖBEL, F.; HEINRICHS, J.; KREYE, O. *The New International Division of Labour: Structural Unemployment in Industrialized Countries and Industrialisation in Developing Countries*. Cambridge: Cambridge University Press. 1980.
- FURTADO, Celso. *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- GRINBERG, N. (2013). The Political Economy of Brazilian (latin American) and Korean (East Asian) Long-term Development: Moving beyond Nation-centred Approaches. *New Political Economy*, 18(2), p. 171-97.
- GRINBERG, N. (2016). Patterns of ‘State-Led Development’ in Brazil and South Korea: The Steel Manufacturing Industries. In: CHARNOCK, G.; STAROSTA, G. [Eds.]. *The New International Division of Labour: Global Transformation and Uneven Development*. Palgrave Macmillan (International Political Economy Series). 2016.
- GONÇALVES, R. Nacional-desenvolvimentismo às Avestas. *Anais do I Circuitos de Debate Acadêmico*. Brasília: IPEA, 2011.

- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, D. *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*. Great Britain: Profile Books Ltd. 2014.
- MATTERI, L.; PEREIRA, ANTHONY W. Dilemmas of Brazilian Economic Development in the Twenty-First Century. In: MATTERI, L.; PEREIRA, ANTHONY W. *The Brazilian Economy Today. Towards a New Socio-Economic-Model?* Palgrave Macmillan, 2015.
- NASCIMENTO, C. A.; CARDOZO, S. A.; CUNHA, S. F. Reprimarização ou Dependência Estrutural de Commodities: o debate em seu devido lugar. *Anais do XIV Encontro Nacional de Economia Política (ENEP)*, São Paulo. 2009.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- PIRES, M. C. O lugar da periferia na nova economia mundial. *Cadernos de Estudos Culturais*, Campo Grande, MS, v. 4, n. 8, p. 123 – 138, jul./dez. 2012.
- PIRIE, I. Globalisation and the Decline of the Developmental State. In: FINE, B.; SARASWATI, J.; TAVASCI, D. [Eds]. *Beyond the Developmental State*. London: Pluto Press. 2013.
- PRATES, D. M.; BALTAR, C.; SEQUETTO, M. A inserção externa do Brasil no contexto da crise global. In: NOVAES, L. F.; CAGNIN, R. F.; BIASOTO JUNIOR, G. *A economia brasileira no contexto da crise global*. São Paulo: FUNDAP, 2014. 283p.
- SAMPAIO, D. P. *Desindustrialização e estruturas regionais no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2015.
- SARTI, F.; HIRATUKA, C. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. *Texto para Discussão*. IE/Unicamp, Campinas, n. 290, abril, 2017.
- STIGLITZ, J. E. *The Price of Inequality*. London: Penguin Books. 2013.
- WOOD, E. M. Globalisation and State: Where is the Power of Capital? In: SAAD-FILHO, A. *Anti-Capitalism: a marxist introduction*. Pluto Press, London, 2003.
- WOOD, E. M. *O Império do Capital*. São Paulo: Boitempo. 2014.